

Justiça de Campinas assume apuração sobre mercúrio ilegal que cita ex-governador do MT

Operação Hermes do Ibama e PF apura negócios privados da família de Mendes no setor minerário

Por **Moara Semeghini**

A 1ª Vara Federal de Campinas (SP) assumirá a condução da investigação que apura o suposto envolvimento do ex-governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, e candidato ao Senado, em um esquema de comércio clandestino de mercúrio e lavagem de dinheiro. O ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), declarou a incompetência da Corte Superior para processar o caso e determinou o envio imediato dos autos à Justiça Federal paulista.

A decisão atendeu a um parecer do Ministério Público Federal (MPF). Segundo a Procuradoria-Geral da República, os fatos atribuídos ao ex-governador dizem respeito a transações comerciais e patrimoniais privadas da família Mendes, sem qualquer nexos com a gestão pública exercida por ele entre 2019 e março de 2026.

As suspeitas surgiram a partir da aquisição de ao menos 314 quilos de mercúrio sem autorização do Ibama, entre 2022 e 2023, por mineradoras ligadas ao grupo familiar, como a Mineração Aricá e a Kin Mineração. Mauro Mendes figurava como cotista das empresas por meio de uma holding patrimonial, enquanto a administração de campo era exercida por seu



Fiscais do Ibama, da Receita e PF na Operação Hermes; ex-governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil)

filho, o empresário Luis Antônio Taveira Mendes.

Em uma das fases desdobradas pela Polícia Federal e pelo Ibama no final de 2023, a Operação Hermes (Hg) II cumpriu 34 mandados de busca e apreensão expedidos justamente pela 1ª Vara Federal de Campinas. As ordens judiciais mobilizaram equipes em municípios de São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Rio de Janeiro.

Ao fundamentar a remessa a Campinas, o relator aplicou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que res-

tringe o foro privilegiado de agentes políticos a crimes cometidos durante o mandato e no exercício da função pública. Como o MPF destacou a ausência de indícios sobre o uso de recursos, secretarias ou influência governamental no caso, a competência foi devolvida à primeira instância.

Em desdobramento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), a desembargadora Renata Andrade Lotufo encerrou a tramitação de um recurso interposto pela defesa do filho do ex-governador. A de-

fesa pedia justamente o envio do processo a Campinas, medida que perdeu o objeto após a deliberação do STJ no mesmo sentido.

ENTENDA O ESQUEMA

A Operação Hermes, deflagrada pela Polícia Federal em conjunto com o Ibama, expôs a engrenagem utilizada para abastecer o garimpo ilegal no País. O modelo operacional baseia-se no uso de empresas de fachada, falsificação de documentos e contrabando para introduzir a substância clandes-

tinamente na cadeia produtiva do ouro. Por ser highly tóxico, o mercúrio atua como um reagente que atrai e separa as partículas do metal precioso das impurezas do solo, tornando-se o insumo central do refino informal.

Em desdobramentos da investigação, a Justiça Federal chegou a determinar o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em bens dos alvos e a apreensão de carregamentos do produto. A dimensão das fraudes indica uma contaminação sistêmica no setor: em entrevista à agência Repórter Brasil, o diretor de proteção ambiental do Ibama, Jair Schmitt, afirmou que as apurações conjuntas mostram fortes evidências de que não há mais mercúrio de origem lícita disponível no mercado brasileiro para uso na exploração de ouro. É no contexto do monitoramento desse comércio ilegal e das simulações no sistema de controle ambiental do Ibama que se inserem as suspeitas sobre as mineradoras investigadas, cujos autos passam a tramitar na 1ª Vara Federal de Campinas.

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a assessoria de imprensa de Mauro Mendes para solicitar o posicionamento, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. O espaço permanece aberto.

Azul terá 548 voos extras para a temporada de verão

Da **Redação**

As viagens para o Nordeste vão ganhar mais opções na malha da Azul, maior companhia aérea do Brasil em número de cidades atendidas e rotas domésticas diretas, a partir de Campinas durante a alta temporada de verão. Entre 5 de dezembro e 14 de fevereiro, a Companhia terá 548 voos extras em Viracopos, seu principal hub, considerando partidas e chegadas, para 24 cidades brasileiras. A operação terá 85,7 mil lugares a mais neste período.

Dos voos programados para a alta temporada em Campinas, 494 serão dedicados ao Nordeste. A operação vai atender 12 cidades da região e terá 79,1 mil lugares

disponíveis. O reforço acompanha a procura pela região durante o verão, período em que praias, temperaturas elevadas e a diversidade de opções de lazer tornam a região uma das escolhas para as férias.

Salvador lidera a programação especial, com 150 voos extras, considerando partidas e chegadas, e 23,4 mil lugares. Na sequência aparecem Fortaleza, com 126 operações adicionais, e Macaé, com 120. A malha também será reforçada de/para Ilhéus, com 34 voos; Porto Seguro, com 24; Natal, com 12; Aracaju, com dez; Juazeiro do Norte, Petrolina e Teresina, com quatro cada e São Luís com 2.

Para quem embarca no Nordeste rumo a Campinas,

Viracopos amplia as possibilidades de seguir viagem pela malha da Azul. Na cidade é possível conectar com 65 cidades nacionais e internacionais.

“Campinas tem um papel estratégico na malha da Azul e ganha ainda mais relevância nos períodos de maior movimento. Para o verão, reforçamos principalmente as ligações com o Nordeste, uma região muito procurada nas férias, ao mesmo tempo em que ampliamos as possibilidades de viagem em outras partes do país. Essa programação permite atender ao aumento da demanda da temporada e aproveitar a força de Viracopos como nosso principal hub”, afirma Beatriz Barbi, gerente de Planejamento de Malha da Azul.



Companhia terá 548 voos extras em Viracopos para 24 cidades brasileiras